

Ref. da noticia 1323

<i>País</i>	<i>Data</i>	<i>Fonte</i>	<i>Ligazón</i>
Brasil	18-05-2006	Agência Brasil	http://www.radiobras.gov.br/

Título

Número de mortos nos conflitos em São Paulo sobe para 138

Texto

Balanço actualizado às 18 horas de hoje (18) pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo aponta que em decorrência dos atos de violência ocorridos desde a última sexta-feira (12) morreram 138 pessoas – 107 suspeitos de serem criminosos, 23 policiais militares, sete policiais civis, três guardas municipais, oito agentes penitenciários e quatro civis.

De acordo com o boletim, foram registradas 293 ocorrências: 82 ataques a ônibus; um a uma garagem de empresa de ônibus; 56 a residências de policiais; 17 a bancos; um a uma estação do metrô; um à sede da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET); e outras 135 agressões diversas. Também foram presas 124 pessoas e apreendidas 146 armas.

O balanço da Secretaria informa ainda que nas últimas 24 horas sete pessoas foram presas e 14 morreram, acusadas de serem criminosas e de terem entrado em confronto com a polícia.

Ref. da noticia 1322

<i>País</i>	<i>Data</i>	<i>Fonte</i>	<i>Ligazón</i>
Brasil	18-05-2006	Agência Brasil	http://www.radiobras.gov.br/

Título**Thomaz Bastos diz que presídio federal pode abrigar líder do PCC****Texto**

O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, abriu a possibilidade de que um dos líderes do Primeiro Comando da Capital (PCC), Marcos Williams Camacho, o Marcola, seja transferido para um presídio federal. A vaga, segundo ele, ficará a disposição do governo de São Paulo. O Departamento Penitenciário Federal já tem conversado com autoridades da área de segurança de São Paulo, do Rio de Janeiro e de outros estados. "A gente pretende usar isso como um regulador de estoque nos sistemas penitenciários estaduais, a fim de evitar que os cabeças continuem nos lugares onde eles não devem estar", explica o ministro.

Marcola é um dos líderes da facção criminosa PCC. O governo do Estado de São Paulo atribui a onda de ataques a insatisfação dos presidiários com a gestão dos presídios. Até agora, mais de 100 pessoas morreram desde o início dos ataques. Para o ministro, a palavra-chave para resolver a situação de violência no país é integração, através da construção de um sistema de Segurança Pública Único no Brasil, com gabinetes de gestão integrada em cada Estado, afastando a idéia de rivalidade, através de um trabalho de cooperação.

Durante a participação do Fórum Nacional, no Rio de Janeiro, o ministro disse que esse processo de integração já foi iniciado, mas ainda não está concluído, embora já esteja funcionando bem em alguns estados. Um dos instrumentos para o combate ao crime de que o governo federal vai fazer uso são as penitenciárias de segurança máxima, acima de qualquer fraude.

Thomaz Bastos anunciou que na próxima semana será formada a primeira turma de guardas penitenciários federais, bem pagos, que irão zelar pelos presos a serem transferidos para essas unidades especiais. O governo central inaugura no próximo dia 20 de junho o primeiro presídio federal de segurança máxima, no interior do Paraná, onde estarão disponibilizadas algumas centenas de vagas, revelou o ministro Márcio Thomaz Bastos.

Ele informou que o governo pretende levar para lá bandidos considerados de alta periculosidade oriundos de todo o país. "Para lá só vai gente VIP, só gente escolhida. É uma prisão de segurança máxima, onde não entra celular, onde tem um dos mais modernos aparelhos de raio X que pega droga, pega tudo. É só você passar por aquele quadrado".

Em julho deste ano será inaugurada a segunda unidade dessa rede de presídios federais de segurança máxima e até o final de 2006 estão previstas inaugurações de outras duas prisões, totalizando as primeiras cinco unidades com a entrada em funcionamento de um novo presídio no início de 2007. "Eu acredito que com isso, com a rede de presídios federais funcionando a partir desse, nós vamos ter possibilidade de 'girar' com essas pessoas e de poder ajudar na desarticulação dessas quadrilhas", estimou.

Ref. da noticia**1320**

<i>País</i>	<i>Data</i>	<i>Fonte</i>	<i>Ligazón</i>
Brasil	18-05-2006	Folha de São Paulo	www.folha.uol.com.br

Título**Garotinho cogita desistir de candidatura para apoiar Simon, dizem peemedebistas****Texto**

Certo de que não terá o apoio do PMDB para disputar a Presidência da República, o ex-governador Anthony Garotinho começou a colocar em prática um "plano B" para tentar viabilizar a candidatura própria. O projeto consiste no possível apoio à candidatura do senador Pedro Simon (RS).

A intenção do ex-governador é impor uma derrota ao grupo governista do partido mesmo que para isso ele tenha que desistir da disputa. Garotinho acusa os governistas --defensores de uma aliança informal com o PT em torno do presidente Luiz Inácio Lula da Silva-- de terem atuado para desmoralizá-lo e assim impedir que seu nome se viabilizasse como candidato.

Como resposta, Garotinho quer jogar o seu peso político para dar o troco nos governistas impondo ao partido a candidatura de Simon.

Nos últimos dias, as conversas sobre a candidatura de Simon se tornou intensa. O diretório de São Paulo já teria dado sinal verde para que ele lançar seu nome. O ex-governador Orestes Quércia, que comando o partido no Estado, já foi informado por Itamar Franco que ele desistirá da candidatura à Presidência para disputar o Senado. Com isso, o caminho fica livre para o apoio a Simon.

Os senadores Ramez Tebet (PMDB-MS), Almeida Lima (PMDB-SE) e Amir Lando (PMDB-RO) também já se manifestaram favoráveis à candidatura de Simon.

Almeida Lima conta que conversou por telefone com Garotinho na última segunda-feira e que ele o informou que está disposto a apoiar Simon considerando que o gaúcho pode unir mais o partido do que a sua candidatura. "O Garotinho já está em campo pela candidatura de Simon", revelou o senador sergipano.

Almeida Lima acredita que "nas próximas horas" Garotinho poderá tornar público sua desistência e o apoio a Simon. O senador gaúcho não desautoriza as conversas em torno do seu nome. A interlocutores, Simon disse que é certa a desistência de Itamar e que nesse caso ele gostaria de entrar na disputa para representar o PMDB na disputa presidencial.

A avaliação entre os que apoiam a mudança de rumo de Garotinho é que a candidatura de Simon praticamente obrigará a que peemedebistas históricos -- hoje contrários à candidatura própria por não gostarem de Garotinho-- a apoiá-lo. É o caso do ex-governador de Pernambuco Jarbas Vasconcelos e do governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto. Ao contrário de Garotinho, o senador tem raízes no PMDB.

Ref. da noticia 1321

<i>País</i>	<i>Data</i>	<i>Fonte</i>	<i>Ligazón</i>
Brasil	19-05-2006	Folha de São Paulo	www.folha.uol.com.br

Título**O jogo de empurra de PT e PSDB****Texto**

O PT e o PSDB fazem jogo de empurra para dividir responsabilidades a respeito dos atentados do PCC em São Paulo. Os dois partidos comandam o país desde 1995. O tucano Fernando Henrique Cardoso foi presidente por dois mandatos (1995-1998 e 1999-2002). Lula Inácio Lula da Silva está no Palácio do Planalto desde 2003.

Tucanos administram o Estado de São Paulo desde 1995. O tucano Geraldo Alckmin entregou o governo paulista ao vice, Cláudio Lembo (PFL), no final de março para disputar a Presidência. E o PT governou a capital de 2001 a 2004 (gestão Marta Suplicy).

Os dois partidos tiveram, portanto, excelente oportunidade de melhorar a segurança pública no país, no Estado de São Paulo e na capital. Pela Constituição, a segurança pública é atribuição dos Estados. Mas a União e os municípios podem e devem ajudar a combater a violência.

Numa hora em que deviam unir forças contra o crime organizado, PT e PSDB preferem fazer guerra eleitoral. Petistas querem tirar uma casquinha de Alckmin, que fazia discurso triunfalista na área de segurança pública. Tucanos acusam o governo do PT de cortar verbas do Estado para dividir o problema com Lula.

Essa guerra política é um desrespeito às vítimas: agentes do Estado covardemente assassinados pelo PCC, civis inocentes confundidos com bandidos e criminosos executados por policiais sedentos de vingança.

Especialistas dizem que "o problema da violência" tem múltiplas causas, mas duas seriam as principais. A ausência do Estado e de seus serviços básicos (saúde, educação e lazer) nas periferias das grandes cidades. Nesse contexto, parcela dos jovens sem perspectiva de vida decente é seduzida por criminosos.

A segunda causa seria uma política equivocada de combate ao crime, na qual pura truculência é vista como "tolerância zero". Essa é a linha executada pelo secretário da Segurança Pública de São Paulo, Saulo de Castro Abreu Filho.

Estudiosos dizer ser preciso que o Estado chegue de verdade aos mais pobres. E recomendam evitar soluções simplistas e reativas, como o Senado aprovar às pressas um pacote para endurecer a legislação penal.

É necessário reconhecer que não existe receita pronta. Tampouco é um problema de fácil solução num país pobre e com carências em áreas fundamentais, como saúde e educação. Mas PT e PSDB, que cobiçam o poder central, têm a obrigação de pelo menos apresentar um programa de governo com medidas de curto, médio e longo prazo para tentar evitar que o crime organizado tome conta do país.

Ref. da noticia 1306

<i>País</i>	<i>Data</i>	<i>Fonte</i>	<i>Ligazón</i>
Guiné Bissau	17-05-2006	Notícias Lusófonas	www.noticiaslusofonas.com

Título**Maiores partidos (PAIGC e PRS) propõem pacto de estabilidade****Texto**

Dirigentes dos dois principais partidos políticos guineenses, PAIGC e PRS, ambos profundamente divididos, propuseram hoje a criação de um diálogo para um pacto de estabilidade na Guiné-Bissau, projecto que vão agora submeter às respectivas direcções.

Em conferência de imprensa, o Grupo de Iniciativa de Salvação Nacional (GISN) apresentou os seus projectos e os seus representantes como "simples cidadãos" e não como membros do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) ou do Partido da Renovação Social (PRS).

No entanto, quer pelo PAIGC quer pelo PRS deram a cara alguns "pesos pesados" dos respectivos partidos, que encaram a possibilidade de assinar um acordo de princípio de não agressão, mas rejeitam, "para já", o cenário da formação de um novo executivo para substituir o de Aristides Gomes.

Pelo PAIGC, a figura cimeira foi Soares Sambu, antigo ministro dos Negócios Estrangeiros e membro da Comissão Permanente do Bureau Político, juntamente com o antigo secretário de Estado da Energia, Wasna Papai Danfá, e por Serifo Na Man.

Pelo PRS estiveram presentes o antigo porta-voz do governo e ex-secretário de Estado da Informação, João Manuel Gomes, e os deputados Fernando Correia Landim e Biaia Na Pana, considerados próximos do secretário-geral do partido, Artur Sanhá.

Numa "declaração política" conjunta, no quadro do "grupo de reflexão", os dirigentes partidários apelaram às direcções do PAIGC e do PRS e a "todas as forças vivas da Nação" para se envolverem num projecto de diálogo que visa pôr termo a 33 anos de "sucessivos conflitos e instabilidade".

No documento, pede-se às direcções dos dois maiores partidos políticos guineenses que assinem um "Pacto de Estabilidade Política" e que criem condições para uma governação "estável a curto, médio e longo prazos".

Os dois partidos estão profundamente divididos, pois ambas as forças políticas mantêm dirigentes ao lado do presidente guineense, João Bernardo "Nino" Vieira, e no governo de Aristides Gomes, com base no Fórum de Convergência para o Desenvolvimento (FCD).

O Fórum é um espaço de concertação política criado em Outubro de 2005 pela antiga oposição com o objectivo de derrubar o governo do PAIGC, então liderado por Carlos Gomes Júnior, eleito democraticamente nas legislativas de 2004, e formar uma nova maioria parlamentar capaz de formar um novo executivo, o que aconteceu em Novembro de 2005.

Questionado pela Agência Lusa sobre se o "Grupo de Reflexão" é uma resposta ao "Fórum", tanto Soares Sambu como João Manuel Gomes desdramatizaram a questão, insistindo que o objectivo é a reconciliação nacional.

No entanto, João Manuel Gomes foi mais longe e, assumindo-se como membro do Fórum, acusou o presidente da instituição, Aristides Gomes, de "não ligar nenhuma" a esta estrutura, lamentando ainda que, desde a formação do novo governo, a organização não se reuniu uma única vez.

"O secretário-geral do Fórum (Francisco Fadul) demitiu-se das suas funções e nós, oficialmente, nem sequer sabemos porquê", afirmou o antigo secretário de Estado da Comunicação Social de um dos governos sob a presidência de Kumba Ialá.

"Cabe ao Fórum fazer um balanço das suas actividades, mas nunca o fez. Por isso, cabe agora ao PAIGC

e ao PRS, os dois partidos com maior implantação nacional, bem como todas as forças vivas da Nação, encetar o diálogo para uma efectiva reconciliação nacional", disse João Manuel Gomes.

Em termos políticos, a ideia do Grupo de Iniciativa de Salvação Nacional, que vai entregar a "declaração" ainda hoje às direcções do PAIGC e do PRS, visa pôr termo à "confusão" que se vive nos meios político partidários guineenses, onde já nenhum partido sabe com quantos deputados pode contar.

O PAIGC elegeu 45 parlamentares, mas pelo menos 12 são considerados dissidentes, enquanto o PRS (35) viu cerca de uma dezena alinharem com o antigo partido único.

Também no Partido Unido Social-Democrata (PUSD), força política de Francisco Fadul e que elegeu 17 deputados, 12 abandonarem a bancada parlamentar, tendo afirmado já o desejo de regressar, após a demissão do líder, a 26 de Abril último.

Se a actual direcção do PAIGC se mostra receptiva aos "ideais" do GISN, pois dará quinta-feira uma conferência de imprensa nesse sentido, já o PRS tem uma direcção divergente, uma vez que só Artur Sanhá parece estar em sintonia, distante da posição do líder interino, Alberto Nambéia.

Biaia Na Pana escusou comentar a situação, mas adiantou quer o líder "histórico" do PRS, Kumba Ialá, em Marrocos há mais de seis meses, está a par da iniciativa.

Ref. da noticia 1308

<i>País</i>	<i>Data</i>	<i>Fonte</i>	<i>Ligazón</i>
Macau	18-05-2006	Lusa Macau	www.lusa.pt

Título**Reunião ministerial China com países de expressão portuguesa em Setembro****Texto**

Macau acolhe entre 25 e 26 de Setembro a segunda reunião ministerial do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, foi hoje oficialmente anunciado.

De acordo com uma nota do Secretariado Permanente do Fórum, a reunião ministerial contará com a presença de dirigentes do Ministério do Comércio da China, ministros e outras autoridades da área económica e comercial dos países de língua portuguesa, bem como representantes de várias organizações internacionais, instituições de promoção de comércio e empresários dos países participantes.

Além de Macau e do continente chinês, participam no Fórum representantes de Portugal, Brasil, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo-Verde e Timor-Leste.

S. Tomé e Príncipe, apesar das suas relações diplomáticas com Taiwan em detrimento de Pequim, foi convidado para a primeira edição do Fórum realizada em 2003 mas não compareceu nem tem participado nas actividades desenvolvidas nos últimos três anos.

A reunião ministerial entre a China e os países de língua portuguesa vai decorrer sob a temática "aprofundamento da cooperação, desenvolvimento comum" e será realizada uma retrospectiva sobre a execução do plano de acção para a cooperação económica e comercial aprovado na primeira conferência de Outubro de 2003, bem como serão definidos os principais objectivos da cooperação para o triénio 2007/2009.

Ao longo dos dois dias de reunião serão realizados vários eventos como conferências de empresários, exposições e bolsas de contactos directos.

Em 2003, durante a primeira reunião do Fórum depois da China ter designado Macau como a sua plataforma preferencial no contacto com os países de expressão portuguesa, os responsáveis ministeriais presentes na reunião assinaram um acordo onde se prevê que todos se "comprometem a empreender esforços no sentido de incentivar um quadro legal favorável à realização e protecção dos investimentos, bem como a promover acordos bilaterais de protecção e promoção dos investimentos.

Ao nível inter-governamental, os ministros acordaram a "intensificação e aperfeiçoamento dos mecanismos de consulta bilaterais" com o objectivo de "identificar novas áreas e novos meios para a cooperação económica e comercial" enquanto que o fomento do comércio bilateral deve ser realizado numa base de "igualdade e reciprocidade, desenvolvimento harmonioso e no respeito das regras do comércio internacional".

Por outro lado, o acordo obriga os Governos dos países participantes a "apoiar" a realização de feiras e exposições de produtos específicos dos países diferentes países "com vista a facilitar o acesso dos produtos aos respectivos mercados".

Ficou ainda estabelecido que os oito participantes no fórum favorecem o "desenvolvimento das relações" entre as empresas dos seus países nomeadamente através da troca de informações sobre oportunidades de negócios e investimentos.

Agricultura, pescas, engenharia e construção de infra- estruturas, exploração de recursos naturais segundo o "princípio da reciprocidade e da complementaridade de vantagens", são também domínios onde a cooperação foi acordada pelos políticos.

A formação profissional de recursos humanos, nomeadamente através de "programas específicos de formação" nas várias vertentes do fórum foi ainda incluída no plano de acção assinado pelos ministros.

O reforço da cooperação económica e comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa tem produzido resultados ao nível das trocas comerciais como sustentam os resultados divulgados pelo Fórum.

De acordo com os dados oficiais em 2005, o valor das trocas comerciais bilaterais entre a China e os Países de Língua Portuguesa atingiu os 23.190 milhões de dólares correspondendo a um aumento de 26,9 por cento face a 2004 e ultrapassando pela primeira vez a barreira dos 20.000 milhões de dólares.

A China vendeu aos países de expressão portuguesa produtos no valor de 6.222 milhões de dólares e comprou bens no valor de 16.970 milhões de dólares.

No final de 2005, o valor acumulado de investimento da China nos países de língua portuguesa tinha atingido os 95,15 milhões de dólares americanos enquanto que os investimentos contratuais e efectivos do Brasil e de Portugal na China atingiram respectivamente os 544 milhões e os 229 milhões de dólares americanos.

Ref. da notícia **1293**

<i>País</i>	<i>Data</i>	<i>Fonte</i>	<i>Ligazón</i>
Moçambique	15-05-2006	Notícias Lusófonas	www.noticiaslusofonas.com

Título

Governo quer menos burocracia nos contratos com o Estado

Texto

O ministro das Finanças de Moçambique, Manuel Chang, defendeu, na Matola, arredores de Maputo, a necessidade de se simplificarem os contratos de obras públicas e de prestação de bens e serviços ao Estado.

Falando, durante o fim-de-semana, no encerramento do Segundo Conselho Coordenador do Ministério das Finanças, Chang advogou a redução da burocracia no processo de celebração de contratos entre o Estado e os particulares.

Para a realização desse objectivo, o pelouro das Finanças está a preparar um novo Regulamento de Contratação de Empreitadas de Obras Públicas, Fornecimento de Bens e Prestação de Serviços ao Estado, acrescentou.

O Ministério das Finanças está também empenhado na melhoria dos processos de gestão no domínio do controlo interno das actividades desenvolvidas pela instituição, sublinhou Manuel Chang.

"As inspecções também devem ser feitas com o objectivo de contribuir para a educação e formação dos agentes de gestão do bem público", enfatizou o ministro moçambicano das Finanças.

O Segundo Conselho Coordenador do Ministério das Finanças avaliou igualmente o trabalho realizado pela instituição em 2005, a introdução de uma nova denominação da moeda moçambicana e a cooperação entre o governo e os parceiros internacionais no sector financeiro.

Ref. da noticia 1312

<i>País</i>	<i>Data</i>	<i>Fonte</i>	<i>Ligazón</i>
Moçambique	17-05-2006	Notícias Lusófonas	www.noticiaslusofonas.com

Título**Centro de Promoção prevê atrair investimentos acima 600 milhões de euros****Texto**

O Centro de Promoção de Investimento (CPI) de Moçambique prevê atrair investimentos acima dos 600 milhões de euros este ano, depois de ter aprovado propostas avaliadas em 125 milhões de euros no primeiro trimestre, segundo estimativas hoje divulgadas.

As estimativas foram apresentadas pelo director do CPI, António Macamo, durante a conferência de negócio e investimentos, que decorreu em Maputo, na qual participaram mais de uma centena de empresários de Moçambique, África de Sul e Suazilândia.

O encontro tinha por objectivo a apresentação de oportunidades de investimento no país, sobretudo no âmbito da parceria com a África do Sul, o principal investidor externo em Moçambique.

Segundo Macamo, desde o início do ano, O CPI aprovou propostas avaliadas em 125 milhões de euros, sobretudo das áreas de turismo e agro-indústria, destacou.

"O objectivo é atrair maior número de investidores estrangeiros", disse António Macamo, adiantando que "a reacção [dos investidores] foi positiva".

"Temos uma previsão de investimentos muito animadoras, comparativamente ao ano passado", sublinhou.

Em 2005, o CPI aprovou propostas de investimento avaliadas em cerca de 119 milhões de euros, que traduzem um aumento em cerca de quatro milhões de euros relativamente a 2004.

No primeiro semestre de 2005, o turismo moçambicano registou uma subida de 46,5 por cento no investimento, recebendo projectos orçados em cerca de 16 milhões de euros.

Dados do CPI indicam que "há uma grande apetência dos investidores pelo sector do turismo, já que nesta área houve 16 projectos de investimento avaliados em 16 milhões de euros".

A agricultura e a agro-indústria receberam 12 projectos de investimento estimados em 20 milhões de euros nos primeiros seis meses de 2005, contra 55 milhões de euros investidos no período homólogo de 2004.

Ref. da noticia 1315

<i>País</i>	<i>Data</i>	<i>Fonte</i>	<i>Ligazón</i>
Portugal	18-05-2006	Diário de Notícias	dn.sapo.pt

Título**Banca denuncia transacções anormais da Afinsa Portugal****Texto**

Ocongelamento das contas da Afinsa em Portugal teve origem nos bancos que denunciaram ao Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP) movimentações anormais nas contas em Portugal. Ao mesmo tempo, segundo informações recolhidas pelo DN, a Unidade de Informação Financeira (UIF) da Polícia Judiciária foi realizando diligências. Ambos os procedimentos levaram a que o DCIAP ordenasse a suspensão das contas. Uma decisão que foi posteriormente confirmada por um juiz de instrução.

Na base da acção dos bancos esteve o Decreto-Lei 11/2004 sobre o crime de branqueamento de capitais que obriga as entidades financeiras a comunicarem ao Ministério Público operações bancárias suspeitas de integrarem aquele crime.

Ao mesmo tempo, e tendo em conta o processo em Espanha, a UIF foi encetando diligências no sentido de recolher informações sobre movimentações nas contas bancárias em Portugal.

A lei em causa prevê que "a entidade que suspeitar que determinada operação possa estar relacionada com a prática do crime de branqueamento deve informar de imediato o Procurador-Geral da República, podendo este determinar a suspensão da respectiva execução". No entanto, a medida preventiva do Ministério Público deverá ser confirmada, num prazo de 48 horas, por um juiz de instrução.

Advogados avançam para o arresto dos bens

Entretanto, o DN voltou a confirmar ontem que ainda não existe um número significativo de queixas apresentadas em Portugal por clientes da Afinsa ou do Fórum Filatélico. Aliás, fonte do DCIAP revelou ao DN algum receio para o aparecimento daqui a vários meses de queixas em catadupa, como aconteceu no caso "Dona Branca" em que as pessoas só se queixaram quando se aperceberam que não iriam de forma alguma reaver o seu dinheiro. Uma das hipóteses que os clientes portugueses têm para tentar assegurar o pagamento do dinheiro investido passa pelo arresto dos bens. Esta estratégia está já a ser seguida pelo advogado Jorge Fernandes Silva que representa alguns investidores portugueses que querem denunciar os respectivos contratos. "É uma garantia patrimonial para a defesa dos clientes", explicou ao DN o advogado.

Porém, há ainda outra questão que tem preocupado os representantes dos investidores portugueses e tem a ver com o dinheiro e património das empresas em Portugal. Será arrastado para o processo em Espanha? O advogado admite que o problema é complicado e está relacionado com o Direito Internacional. Em último caso, o Tribunal Europeu das Comunidades poderá ser chamado a pronunciar-se de forma a resolver um eventual conflito. C

Ref. da noticia **1305**

<i>País</i>	<i>Data</i>	<i>Fonte</i>	<i>Ligazón</i>
São Tomé e Príncipe	17-05-2006	Liberal	www.liberal-caboverde.com

Título**Parlamento Europeu prolonga acordo de pescas com São Tomé e Príncipe****Texto**

As posibilidades de pesca prevêem dois atuneiros com canas para Portugal, 25 palangreiros (20 para España e cinco para Portugal), e 46 atuneiros cercadores, repartidos igualmente por França e España

Estrasburgo, 18 Maio - O Parlamento Europeu deu ontem "luz verde" à prorrogação do acordo de pescas entre a União Europeia e São Tomé e Príncipe, que envolve 73 embarcações europeias, das quais sete portuguesas. O relatório, ontem aprovado em Estrasburgo, foi elaborado pelo eurodeputado do PSD, Duarte Freitas, e defende que a frota comunitária continue a pescar em águas são-tomenses, nos termos do acordo que expirou em Maio do ano passado, enquanto é negociado um novo compromisso. O acordo, que entrou em vigor em Junho de 2002, prevê um total de 63 embarcações comunitárias nas águas são-tomenses e uma compensação financeira de 2,2 milhões de euros da União a São Tomé e Príncipe, servindo os "interesses comunitários", segundo o relator.

As posibilidades de pesca prevêem dois atuneiros com canas para Portugal, 25 palangreiros (20 para España e cinco para Portugal), e 46 atuneiros cercadores, repartidos igualmente por França e España.

O principal objectivo da prorrogação do acordo é dar tempo às autoridades envolvidas no processo para negociar um futuro compromisso, permitindo ao mesmo tempo que os armadores comunitários prossigam as suas actividades de pesca na zona económica de São Tomé e Príncipe, enquanto se desenvolvem as negociações.

Duarte Freitas espera que São Tomé e Príncipe se mostre "disposto a negociar um novo acordo de pesca que satisfaça os interesses de ambas as partes", para entrar em vigor a 1 de Julho deste ano.

O primeiro acordo de pescas entre a UE e São Tomé e Príncipe data de 1984, tendo sido renovados sucessivos compromissos desde então.

Ref. da noticia 1278

<i>País</i>	<i>Data</i>	<i>Fonte</i>	<i>Ligazón</i>
Timor Leste	12-05-2006	Lusa Timor Leste	www.lusa.pt

Título**Marinha de guerra pronta para ajudar, diz PM australiano****Texto**

O primeiro-ministro australiano disse hoje que dois barcos da marinha de guerra estão de prevenção para seguir para Timor-Leste caso se registem novos incidentes, revelou a Australian Broadcasting Corporation.

O primeiro-ministro, John Howard, anunciou que os dois navios de transporte anfíbios, Kanimbala e Manoora, estão neste momento navegar em direcção ao norte da Austrália.

John Howard considerou que, caso seja feito um pedido de ajuda por parte de Timor-Leste, a marinha de guerra australiana está numa posição que lhe permite dar respostas imediatas.

"Não tivemos até ao momento qualquer pedido" confirmou, no entanto, o primeiro-ministro australiano.

John Howard referiu que a decisão da marinha "faz todo o sentido porque caso seja necessário poderá reagir rapidamente".

No início da semana, o ministro dos negócios estrangeiros australiano, Alexander Downer, considerou que a situação em Timor- Leste "continuava instável" depois dos incidentes ocorridos com militares.

Ref. da noticia 1296

<i>País</i>	<i>Data</i>	<i>Fonte</i>	<i>Ligazón</i>
Timor Leste	16-05-2006	Lusa Timor Leste	www.lusa.pt

Título**Líder dos 595 ex-militares exige desarmamento da forças armadas****Texto**

O ex-tenente Gastão Salsinha, líder dos cerca de 600 ex-militares dispensados do exército timorense, exigiu hoje o desarmamento de todas as forças armadas de Timor-Leste até à resolução do problema.

Estes ex-militares foram os responsáveis pela manifestação de 24 de Abril em Díli que cinco dias depois degenerou em confrontos violentos na capital timorense, provocando cinco mortos e mais de 80 feridos.

Na base da convocação da manifestação, e no texto da petição que subscreveram, figuram queixas de alegada discriminação de natureza étnica, com reflexos no acesso a promoções.

Os 595 ex-militares contestatários, que correspondem a cerca de 40 por cento do total de efectivos das F-FDTL, são considerados civis desde o passado dia 01 de Março pelo comandante das F-FDTL, brigadeiro-general Taur Matan Ruak, por terem abandonado as respectivas unidades, decisão que teve o apoio do Governo, mas foi mais tarde criticada pelo Presidente, Xanana Gusmão.

Gastão Salsinha disse à Lusa, a partir do seu refúgio secreto nas montanhas do distrito de Ermera, junto à localidade de Atsabe a 60 quilómetros a norte de Díli, que "o desarmamento deve ser da responsabilidade de uma comissão internacional que inclua elementos das Nações Unidas e timorenses".

"As armas devem ficar à guarda do presidente Xanana Gusmão porque temos confiança total nele", referiu Gastão Salsinha.

O líder dos ex-militares rebeldes considerou que "depois de a comissão terminar as suas investigações deve fazer um relatório de recomendações ao chefe de estado baseado nesse relatório e exigir um julgamento para decidir quem é culpado e quem é inocente".

"Quem é culpado deve ir a julgamento e cumprir pena quem é inocente deve voltar para as forças armadas" disse.

O ex-tenente lidera cerca de 600 ex-militares que exigem uma investigação internacional destinada a apurar "quem é o culpado dos tiros e das mortes registadas no dia 28 de Abril em Díli (Ó) e quem é culpado da discriminação nas forças armadas".

Os ex-militares contestatários representam 40 por cento do total dos efectivos das Falintil-Forças de Defesa de Timor-Leste (F-FDTL).

"A minha exigência é o fim da discriminação nas forças armadas e a defesa e o direito à dignidade" afirmou.

"Estou neste momento a reorganizar para confirmar quem desapareceu e quem partiu. Actualmente tenho comigo cerca de 200 homens mas faltam cerca de outros 300" disse o líder dos ex-militares.

Gastão Salsinha garantiu à Lusa que não tem armas de fogo nem armas tradicionais e que os ex-militares estão apenas munidos de facas.

"Ficaremos aqui até que seja iniciada uma investigação internacional que inclua as Nações Unidas, membros timorenses e uma equipa de intervenção para desarmar todas as forças armadas timorenses até à resolução do problema" afirmou o ex-tenente timorense.

Gastão Salsinha assegurou aos timorenses que não "queremos confrontos" e revelou que está a reorganizar o grupo de ex-militares para ficarem num acantonamento.

"Temos de nos concentrar e organizar para evitar distúrbios porque o que é perigoso é as persoas estarem espalhadas" disse revelando que o acantonamento vai ficar no distrito de Ermera perto da prisión de Gleno.

Gastão Salsinha revelou, no entanto, que não ficará no acantonamento e manter-se-á escondido nas montanhas.

A posición assumida pelo ex-tenente Gastão Salsinha parece querer afastar a intervención da Comissão de Notáveis que integra representantes dos quatro órgãos de soberania, Igreja Católica e sociedade civil e foi criada para apurar a veracidade das alegações referidas numa petição subscrita em Janeiro passado pelos militares contestatários.

A presidente da CN e ministra de Estado Ana Pessoa, disse domingo à Lusa que para além de pretender ouvir as queixas dos militares, aquele órgão deseja ver até que ponto a Falintil-Forças de Defesa de Timor-Leste (F-FDTL) corresponde às necessidades do país.

Maioritariamente naturais dos 10 distritos mais ocidentais de Timor-Leste, pelo que se auto-denominam "loromonu", por oposição aos "lorosae", nativos dos três distritos da zona leste, os ex-militares realizaram a 24 de Abril passado uma manifestação que cinco dias depois degenerou em confrontos violentos na capital timorense, provocando cinco mortos e mais de 80 feridos.

Na base da convocação da manifestação, e no texto da petição que subscreveram, figuram queixas de alegada discriminação de natureza étnica, com reflexos no acesso a promoções.

Ref. da noticia 1316

<i>País</i>	<i>Data</i>	<i>Fonte</i>	<i>Ligazón</i>
Timor Leste	18-05-2006	Lusa Timor Leste	www.lusa.pt

Título**MNE insiste em comissão para averiguar número de mortos em Díli****Texto**

O Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) timorense insistiu hoje na necessidade da constituição de uma comissão internacional independente para averiguar o número de mortos registados nas manifestações de militares ocorridas em Díli no final de Abril.

A posição do MNE timorense foi tomada depois de o major Alfredo Reinado, comandante da Polícia Militar de Timor-Leste e do ex-tenente Gastão Salsinha, líder dos cerca de 600 ex-militares dispensados do exército, afirmarem que morreram mais de 60 pessoas nos incidentes.

O governo timorense admite somente a existência de cinco mortos e 77 feridos nos confrontos.

"Para que a investigação seja totalmente independente, a comissão internacional deverá decidir com quem quer falar, escolher e contratar os intérpretes, e ser responsável por toda a agenda das investigações e logística", disse à Agência Lusa o porta-voz do MNE timorense.

A constituição da comissão internacional independente foi solicitada em nome do governo pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Ramos-Horta, após acusações feitas pelos participantes nas manifestações e por outros membros das forças armadas de que o número de mortes em Díli é superior aos cinco anunciados pelo governo.

O major Alfredo Reinado, comandante da Polícia Militar de Timor-Leste, acusou hoje o governo timorense de ter anunciado um número de mortos muito inferior ao que considera ser a realidade.

"Aconteceram talvez mais de 60 mortes", afirmou em declarações à Agência Lusa o major Alfredo Reinado, actualmente acantonado na região de Aileu, a 47 quilómetros de Díli, com cerca de 20 militares.

O major Reinado acusou na quarta-feira o primeiro-ministro timorense, Mari Alkatiri, de ter ordenado directamente às Forças Armadas para substituírem a polícia nos confrontos em Díli, sem dar conhecimento ao Presidente da República, como obriga a lei orgânica das Falintil- Forças de Defesa de Timor-Leste.

A estimativa de mortos referida por Reinado coincide com a que foi dada pelo ex-tenente Gastão Salsinha, líder dos cerca de 600 ex-militares dispensados em Março do exército timorense, que se manifestaram em Díli nos dias 28 e 29 de Abril.

Na base da convocação da manifestação dos ex-militares, que correspondem a 40 por cento dos efectivos das Forças Armadas, e no texto da petição que subscreveram, figuram queixas de alegada discriminação de natureza étnica, com reflexos no acesso a promoções.

O coronel Lere Anan Timor, comandante das forças no terreno, confirmou em declarações à Lusa ter recebido as ordens de Mari Alkatiri, mas realçou não ter sido o primeiro a disparar.

O coronel disse que deu a ordem de fogo após os manifestantes terem apedrejado, arremessado duas granadas e disparado quatro tiros contra os efectivos militares.

O major Alfredo Reinado disse ainda à Agência Lusa que "tudo foi ordenado por Mari Alkatiri, e é por isso que, até agora, o primeiro-ministro não pediu responsabilidades ao major Lere, para averiguar se ele seguiu as ordens que lhe foram dadas ou se o major Lere procedeu como quis".

"É por isso que tudo está calmo, ninguém culpa ninguém," afirmou o major.

Momentos antes da abertura do segundo dia de trabalhos do Segundo Congresso Nacional da FRETILIN a

Agência Lusa tentou obter do primeiro-ministro uma reacção às acusações de Reinado, mas Mari Alkatiri preferiu não fazer declarações.

As denúncias de Reinado surgem no primeiro e no segundo de três dias de congresso da FRETILIN, que termina na sexta-feira, no qual José Luís Guterres desafia a liderança ao actual primeiro-ministro e secretário-geral do partido.

Ref. da noticia**1331**

<i>País</i>	<i>Data</i>	<i>Fonte</i>	<i>Ligazón</i>
Timor Leste	19-05-2006	Lusa Timor Leste	www.lusa.pt

Título**Mari Alkatiri, eleito pela segunda vez secretário-geral da FRETILIN****Texto**

Mari Alkatiri, hoje reeleito secretário-geral da FRETILIN em Díli, viu a sua imagem de político forte e pragmático afectada por acusações de não ter sabido gerir a crise desencadeada por militares contestatários.

No início do congresso do partido, na quarta-feira, a candidatura de Alkatiri foi confrontada com a do actual embaixador de Timor-Leste em Washington e na ONU, José Luís Guterres, que se retirou da corrida à liderança por discordar da votação de braço no ar, em vez de voto secreto, como até aqui.

Eleito secretário-geral da Frente Revolucionária do Timor-Leste Independente (FRETILIN) no I Congresso do movimento enquanto partido, em 2001, Mari Alkatiri, 56 anos, acedeu ao cargo de primeiro-ministro em 2002 depois de ter conseguido uma votação de quase 60 por cento nas primeiras eleições legislativas realizadas após a ocupação indonésia (1975-1999).

Nas últimas semanas, contudo, a crise político- militar desencadeada por um movimento de quase 600 ex-militares que abandonaram os quartéis em protesto por alegadas medidas discriminatórias da hierarquia colocou Mari Alkatiri no centro das críticas, com personalidades da FRETILIN e até do Governo (José Ramos Horta) a atribuírem o agravamento da crise a uma incapacidade do executivo para lidar com os problemas nas forças armadas.

Numa entrevista dada na semana passada à Agência Lusa em Díli, Alkatiri afirmou que "a governação é uma aprendizagem permanente", mas rejeitou ter errado na forma como lidou com o problema: "Não é questão de ter errado ou não ter errado. A questão é querer confiar nas pessoas e, às vezes, termos confiança demais", disse.

Mari Bim Amude Alkatiri nasceu em Díli em 1949, no seio de uma família de ascendência iemenita que se fixou em Timor-Leste. Alkatiri é muçulmano e um dos seus irmãos é o líder da comunidade islâmica de Díli, minoritária no país.

Estudou no Liceu de Díli e licenciou-se em Geografia, em Angola, e depois em Direito, em Moçambique, onde se exilou após a invasão indonésia de Timor.

Antes, em 1970, iniciou a sua actividade política com a criação do chamado Movimento para a Libertação de Timor-Leste e, em Maio de 1974, foi um dos fundadores da Associação Social Democrata Timorense (ASDT), que em Setembro do mesmo ano deu lugar à FRETILIN, movimento que começou pela resistência à colonização por Portugal e depois combateu a ocupação do território pela Indonésia.

Na FRETILIN, foi chefe da delegação externa junto da ONU e, em 1977, foi nomeado ministro das relações externas do governo no exílio.

Mari Alkatiri iniciou funções governativas como ministro da Economia na administração de transição para a independência, em Setembro de 2001 e, nessa qualidade, chefiou as negociações sobre os recursos petrolíferos do mar entre Timor e a Austrália, processo que lhe granjeou a reputação de negociador forte e intransigente na defesa dos interesses do país.

O próprio Presidente Xanana Gusmão ajudou a fixar este retrato, ao afirmar que Alkatiri é um "homem de carácter" na defesa dos interesses de Timor-Leste com a Austrália.

O elogio foi feito aquando do lançamento, em Novembro de 2005, de um livro de discursos proferidos pelo primeiro-ministro, desde que assumiu funções governativas, em Setembro de 2001 até Setembro de 2005.

Un servizo ofrecido polo
Observatorio Galego da Lusofonía (Ogalus)



<http://www.igadi.org/ogalus>

Coordenado por Ângelo Gonçalves Vicente

agoncalves@igadi.org

Tel.: (34) 986 35 72 38

Fax: (34) 986 35 72 38

O Ogalus é unha iniciativa do Instituto Galego de
Análise e Documentación Internacional (Igadi)



<http://www.igadi.org>